

Mariana Transmissora de Energia  
Elétrica S.A

Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2020  
com Relatório do Auditor Independente

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações Financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

## Índice

Relatório de Administração .....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Balanço patrimonial .....	6
Demonstração do resultado .....	7
Demonstração do resultado abrangente .....	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa .....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	11

## Relatório da Administração

A Administração da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“MAR” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório do auditor independente relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

### A Companhia

A Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“MAR” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2013, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica no estado de Minas Gerais, proveniente do Leilão ANEEL nº 013/2013.

A entrada em operação comercial do empreendimento, objeto do Contrato de Concessão nº 011/2014, ocorreu em 04 de junho de 2020, com o Termo de Liberação Definitivo emitido em 08 de junho de 2020, para todas as funções de transmissão de MAR.

A MAR é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”).

Desempenho Financeiro - R\$ mil	2020
Receita operacional líquida	53.159
EBITDA	17.672
Margem EBITDA	33,24%
<u>Reconciliação do EBITDA</u>	
Lucro do exercício	15.699
Resultado Financeiro	45
Imposto de renda e contribuição social	1.928
EBITDA	17.672

EBITDA - É o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho.

### Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da MAR e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

### Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria da Companhia, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

## Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) para prestar serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 pelo valor de R\$63 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes**

Conforme mencionado na nota explicativa 2.6, em decorrência dos efeitos de revisão das taxas de desconto dos fluxos financeiros dos contratos de concessão e respectivos efeitos nas margens de construção, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

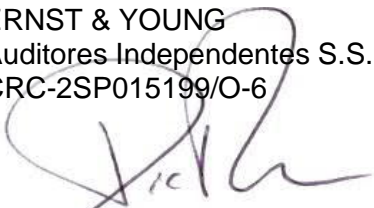
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos

Rio de Janeiro, 29 de março de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta  
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	01/01/2019 (Reapresentado)		Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	01/01/2019 (Reapresentado)
<b>Ativos</b>					<b>Passivos</b>				
<i>Ativos Circulantes</i>					<i>Passivos Circulantes</i>				
Equivalentes de caixa	4	6.683	3	14	Fornecedores	11	4.692	4.352	4.410
Títulos e valores mobiliários	5	-	8.406	2.839	Taxas regulamentares		57	1	-
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		1.830	53	-	Impostos e contribuições sociais	7	307	1.318	212
Ativo de contrato de concessão	6	14.988	-	-	Dividendos a pagar	10	4.534	806	4.350
Impostos e contribuições sociais	7	316	318	271	Outras contas a pagar		146	207	122
Outras contas a receber		142	166	105	<b>Total dos Passivos Circulantes</b>		<b>9.736</b>	<b>6.684</b>	<b>9.094</b>
<b>Total dos Ativos Circulantes</b>		<b>23.959</b>	<b>8.946</b>	<b>3.229</b>					
<i>Ativos Não Circulantes</i>					<i>Passivos Não Circulantes</i>				
Depósitos judiciais		3.444	3.455	3.817	Impostos e contribuições	8	6.244	4.831	2.793
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		1	-	-	Tributos diferidos	9	7.288	5.726	3.311
Ativo de contrato de concessão	6	187.666	156.888	93.909	Provisões para contingências	12	4.115	4.126	4.163
Imobilizado		38	-	-	Outras contas a pagar		332	-	-
<b>Total dos Ativos Não Circulantes</b>		<b>191.149</b>	<b>160.343</b>	<b>97.726</b>	<b>Total dos Passivos Não Circulantes</b>		<b>17.979</b>	<b>14.683</b>	<b>10.267</b>
					<b>Total dos Passivos</b>		<b>27.715</b>	<b>21.367</b>	<b>19.361</b>
					<i>Patrimônio Líquido</i>				
					Capital social		174.500	147.000	87.416
					Reserva de lucros		1.706	922	-
					Dividendos adicionais propostos		11.187	-	-
					Prejuízos acumulados		-	-	(5.822)
					<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	13	<b>187.393</b>	<b>147.922</b>	<b>81.594</b>
<b>Total dos Ativos</b>		<b>215.108</b>	<b>169.289</b>	<b>100.955</b>	<b>Total dos Passivos e Patrimônio</b>		<b>215.108</b>	<b>169.289</b>	<b>100.955</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	2020	2019 (Reapresentado)
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas		48.119	60.614
Remuneração do ativo de contrato de concessão		5.040	-
Receita operacional líquida	17	<u>53.159</u>	<u>60.614</u>
Pessoal		(2)	-
Material e outros custos de construção		(34.585)	(55.082)
Serviços de terceiros		(619)	-
Outros custos operacionais		<u>(4)</u>	<u>-</u>
Custos operacionais	18	<u>(35.210)</u>	<u>(55.082)</u>
Lucro bruto		<u>17.949</u>	<u>5.532</u>
Pessoal		(173)	(63)
Serviços de terceiros		(490)	(460)
Outras receitas e (despesas) operacionais		<u>386</u>	<u>(341)</u>
Despesas operacionais	18	<u>(277)</u>	<u>(864)</u>
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas dos impostos e contribuições		<u>17.672</u>	<u>4.668</u>
Receitas financeiras		216	998
Despesas financeiras		(261)	(109)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		<u>(45)</u>	<u>889</u>
Lucro antes dos impostos e das contribuições		<u>17.627</u>	<u>5.557</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(516)	(319)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(1.412)</u>	<u>(2.038)</u>
Imposto de renda e contribuição social	14	<u>(1.928)</u>	<u>(2.357)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>15.699</u></u>	<u><u>3.200</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício  
Findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u> (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	15.699	3.200
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>15.699</u>	<u>3.200</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Especial			
Saldos em 1º de janeiro de 2019 (Reapresentado)		87.416	-	-	-	(5.822)	81.594
Retificação da destinação do resultado do exercício anterior		-	-	3.544	-	-	3.544
Compensação do prejuízo de exercícios anteriores		-	-	(2.622)	-	2.622	-
Aumento de capital		59.584	-	-	-	-	59.584
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.200	3.200
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	13	147.000	-	922	-	-	147.922
Aumento de capital		27.500	-	-	-	-	27.500
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	15.699	15.699
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal			784			(784)	
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(3.728)	(3.728)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	11.187	(11.187)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13	174.500	784	922	11.187	-	187.393

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019 (Reapresentado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		15.699	3.200
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Receita de implementação da infraestrutura	6 e 17	(38.724)	(62.979)
Receita de aplicação financeira		(216)	(998)
Custo de implementação da infraestrutura		34.592	55.082
Imposto de renda e contribuição social	14	1.928	2.357
Tributos diferidos	17	1.561	2.415
Remuneração do ativo de contrato de concessão	6 e 17	(5.040)	-
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	6 e 17	(8.596)	-
Provisão para contingências	12	-	317
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) no saldo de contas a receber de concessionárias e permissionárias		(1.778)	(53)
Redução no saldo do ativo de contrato de concessão		6.594	-
(Aumento) redução nos impostos e nas contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(1.206)	875
Redução nas outras contas a receber e depósitos judiciais		36	300
(Redução) no saldo de fornecedores		(34.254)	(55.140)
Aumento no saldo de taxas regulamentares		57	1
Aumento (redução) no saldo de outras contas a pagar		261	(268)
Caixa (aplicado) nas atividades operacionais		(29.086)	(54.891)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(319)	(135)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais		(29.405)	(55.026)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários		8.622	(4.569)
Adição no imobilizado e intangível		(37)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		8.585	(4.569)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital	13	27.500	59.584
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		27.500	59.584
<b>Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>			
		6.680	(11)
<b>Saldo inicial de equivalentes de caixa</b>			
	4	3	14
<b>Saldo final de equivalentes de caixa</b>			
	4	6.683	3
<b>Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>			
		6.680	(11)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Mariana Transmissora de Energia S.A. ("MAR" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2013, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Itabirito II - Vespasiano II de 500Kv, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2013, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O empreendimento completa o anel de 500kV da Região Metropolitana de Belo Horizonte, interligando grandes usinas hidrelétricas ao Sistema Interligado Nacional e reforçando a confiabilidade e o atendimento à região central, bem como as regiões leste do estado de Minas Gerais e parte do estado do Espírito Santo. A entrada em operação comercial do empreendimento, objeto do Contrato de Concessão nº 011/2014, ocorreu em 04 de junho de 2020, com o Termo de Liberação Definitivo emitido em 08 de junho de 2020, para todas as funções transmissão de MAR.

A Licença de Instalação foi emitida em 24 de janeiro de 2019, após 56 meses da assinatura do contrato de concessão. As obras foram concluídas em 16 meses, dentro do cronograma de construção previsto no citado contrato. A MAR protocolou junto à ANEEL, pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade em decorrência de atraso na entrada em operação comercial por fatos originados por terceiros (órgão ambiental). Com este pedido, a Companhia busca a recomposição dos prejuízos causados, seja por meio da prorrogação do prazo do seu contrato de concessão, seja por meio da recomposição da sua receita. O processo está atualmente em análise pelas Superintendências responsáveis da ANEEL, sendo que até a manifestação final da Agência sobre o pleito da MAR, as sanções administrativas estão suspensas. Apenas o ONS iniciou o desconto de Parcela Variável por Atraso na Entrada em Operação ("PVA"), sendo que o valor poderá ser devolvido, após o acatamento do pedido de excludente de responsabilidade apresentado à ANEEL.

A MAR é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 29 de março de 2021.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

## 2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

## 2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance (implementar a infraestrutura, operar e manter).

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção.

A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro atribuída a obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativa de investimentos e recebimentos.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão de cada contrato de concessão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão, Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

b) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

## 2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

**2.6. Reapresentação dos valores correspondentes**

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através do Ofício Circular nº 04/2020 de 1º de dezembro de 2020, forneceu orientação quanto a aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 para as companhias transmissoras de energia elétrica principalmente relacionados a: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto os ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto a classificação dos ativos da Lei 12.783 – SE como Ativo de contrato; (iv) segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional.

A Companhia adequou suas práticas contábeis em relação ao seu ativo de contrato, revisando suas estimativas e julgamentos sobre a margem e taxa de remuneração do projeto (taxa implícita), visto que no modelo anterior utilizava a WACC regulatória estabelecida pela ANEEL. Com isso, a Companhia identificou os seguintes impactos, líquidos de impostos: (i) R\$29.531 para o exercício de 2019, registrados no resultado do exercício; e (ii) R\$56.056 negativos para exercícios anteriores, registrados no Patrimônio Líquido.

Com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia apurou os impactos e reapresentou cada uma das linhas afetadas na demonstração financeira de períodos anteriores, da seguinte forma:

Balanco Patrimonial	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos	01/01/2019 (Publicado)	01/01/2019 (Reapresentado)	Impactos
<b>Ativo</b>						
Outros ativos circulantes não afetados	8.946	8.946	-	3.229	3.229	-
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>8.946</b>	<b>8.946</b>	<b>-</b>	<b>3.229</b>	<b>3.229</b>	<b>-</b>
Ativo de contrato de concessão	185.328	156.888	(28.440)	154.011	93.909	(60.102)
Outros ativos não circulantes não afetados	3.455	3.455	-	3.817	3.817	-
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>188.783</b>	<b>160.343</b>	<b>(28.440)</b>	<b>157.828</b>	<b>97.726</b>	<b>(60.102)</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>197.729</b>	<b>169.289</b>	<b>(28.440)</b>	<b>161.057</b>	<b>100.955</b>	<b>(60.102)</b>
<b>Passivo</b>						
Dividendos a pagar	806	806	-	4.350	4.350	-
Outros passivos circulantes não afetados	5.878	5.878	-	4.744	4.744	-
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>6.684</b>	<b>6.684</b>	<b>-</b>	<b>9.094</b>	<b>9.094</b>	<b>-</b>
Impostos e contribuições diferidos	5.708	4.831	(877)	4.645	2.793	(1.852)
Tributos diferidos	6.764	5.726	(1.038)	5.505	3.311	(2.194)
Outros passivos não circulantes não afetados	4.126	4.126	-	4.163	4.163	-
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>16.598</b>	<b>14.683</b>	<b>(1.915)</b>	<b>14.313</b>	<b>10.267</b>	<b>(4.046)</b>
<b>Capital social</b>	<b>147.000</b>	<b>147.000</b>	<b>-</b>	<b>87.416</b>	<b>87.416</b>	<b>-</b>
Reserva de lucros	27.447	922	(26.525)	50.234	-	(50.234)



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Balço Patrimonial	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos	01/01/2019 (Publicado)	01/01/2019 (Reapresentado)	Impactos
Lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	-	(5.822)	(5.822)
Total do Patrimônio Líquido	174.447	147.922	(26.525)	137.650	81.594	(56.056)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	197.729	169.289	(28.440)	161.057	100.955	(60.102)

Demonstração do Resultado do exercício	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas	30.108	60.614	30.506
Receita Operacional Líquida	30.108	60.614	30.506
Custos operacionais	(55.082)	(55.082)	-
Resultado Bruto	(24.974)	5.532	30.506
Despesas operacionais	(864)	(864)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas, e dos impostos e contribuições	(25.838)	4.668	30.506
Resultado financeiro	889	889	-
Resultado antes dos impostos e contribuições	(24.949)	5.557	30.506
Impostos e contribuições	(1.382)	(2.357)	(975)
Lucro líquido do exercício	(26.331)	3.200	29.531

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Lucro do exercício	(26.331)	3.200	29.531
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(26.331)	3.200	29.531

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Saldos em 1º de janeiro de 2019	137.650	81.594	(56.056)
Resultado líquido do exercício	(26.331)	3.200	29.531
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-
Outros itens não afetados	63.128	63.128	-
Total do Patrimônio Líquido	174.447	147.922	(26.525)

Fluxo de Caixa	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Lucro líquido do exercício	(26.331)	3.200	29.531
Receita de implementação da infraestrutura	(31.317)	(62.979)	(31.662)
Impostos e contribuições	1.382	2.357	975
Tributos diferidos	1.259	2.415	1.156
Outros itens não afetados	(19)	(19)	-
Fluxo de caixa operacional	(55.026)	(55.026)	-
Fluxo de caixa de investimento	(4.569)	(4.569)	-
Fluxo de caixa de financiamento	59.584	59.584	-
Aumento líquido equivalentes de caixa	(11)	(11)	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

#### 3.1. Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia incidem sobre o montante a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa e variam entre 5,76% e 6,64 ao ano.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

#### 3.2. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

#### 3.4. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

#### 3.5. Normas e interpretações novas e revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

(i) O que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;

(iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

(iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

#### 4. EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos	14	3
Aplicações Financeiras	6.669	-
	6.683	3

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2020	31/12/2019
CDB	101,28% do CDI	-

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2020	31/12/2019
Investimento em cotas de fundos – “Pampulha” – Ativo circulante	-	8.406
Taxa de rentabilidade anual acumulada	-	103,8% do CDI

Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

#### 6. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Linha de transmissão	31/12/2019 (Reapresentado)	Adição (a)	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2020
Itabirito II/Vespasiano II	156.888	38.724	5.040	8.596	(6.594)	202.654
Circulante	-					14.988
Não circulante	156.888					187.666

Linha de transmissão	01/01/2019 (Reapresentado)	Adição (a)	31/12/2019 (Reapresentado)
Itabirito II/Vespasiano II		93.909	156.888
Não circulante		93.909	156.888

(a) As principais adições estão relacionadas aos projetos descritos abaixo:

Concessão	Descrição	Ato legislativo	RAP	Custo de construção estimado (capex ANEEL)	Previsão de conclusão	REIDI (*)
Itabirito 2 Vespasiano 2	Implantação de linha de transmissão 500 kV	Contrato Concessão ANEEL 011/2014	R\$15.363	R\$107.000	Abril de 2020	Ato Declaratório Executivo da RFB nº 394/2014

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Concessão	Descrição	Ato legislativo	RAP	Custo de construção estimado (capex ANEEL)	Previsão de conclusão	REIDI (*)
SE Itabirito 2	I - Adequação do Módulo Geral com a implantação de um Módulo de Infraestrutura de Manobra, arranjo Disjuntor e Meio, II - Extensão de Barramentos	Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.753/2017	R\$725	R\$5.565	Concluído em 20/12/2019	Ato Declaratório Executivo da RFB nº 134/2018.

(\*) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura

- Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST.

A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão - DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL:

A resolução ANEEL nº 2.725 de 14 de julho de 2020, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2020/2021, onde considera-se uma RAP de R\$16.431 e um acréscimo de parcela de ajuste de R\$9, perfazendo um total de R\$16.440.

## 7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo circulante</b>		
Imposto de Renda a compensar	212	168
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	61	116
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	34	34
Outros	9	-
	<b>316</b>	<b>318</b>
<b>Passivo circulante</b>		
INSS, FGTS, ISS e ICMS	97	1.195
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	25	66
Outros	185	57
	<b>307</b>	<b>1.318</b>

## 8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre diferenças temporárias – Passivo (*)	6.244	4.831

(\*) Valores substancialmente relacionados à aplicação do CPC 47.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

**9. TRIBUTOS DIFERIDOS**

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS – Passivo (*)	7.288	5.726

(\*) Valores referentes à aplicação do CPC 47.

**10. PARTES RELACIONADAS**

I – Outras Contas a receber – OCR e Outras contas a pagar – OCP.

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<u>Transações com a Controladora</u>						
1	OCP x disponibilidades - Reembolso de despesas - Taesa (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve.	Não houve.

(\*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa.

A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
1	Reembolso de despesas – Taesa	-	1	-	-

b) Passivo de despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<u>Transações com a Controladora</u>						
1	OCP x Outras receitas - Serviços de "back-office" – Taesa	R\$ 27 Valor mensal	05/11/2019 a 05/11/2024	Multa de 2% a. m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Contrato anuído através do Despacho ANEEL nº 2.977/2019.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
	<u>Transações com empresas ligadas</u>					
2	Contrato de compartilhamento de instalações - Cemig GT	R\$205 parcela única e R\$13 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes	Atualização anual pelo IPCA	Não houve.	O pagamento do valor mensal é devido a partir do início da operação comercial.
3	Contrato de Operação e Manutenção - Cemig GT	R\$48 Valor mensal	03/03/2020 à 02/03/2025	Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 180 dias; em decorrência do descumprimento das condições avençadas; e na ocorrência de sado fortuito ou força maior.	Não houve.
4	OCP x disponibilidades - Reembolso de despesas - Miracema (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve.	Não houve.
5	OCP x disponibilidades - Reembolso de despesas - Janaúba (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve.	Não houve.

(\*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa.

A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
	Transações com controladores				
1	Serviços de "Back-office" – Taesa	27	26	334	319
	Transações com empresas ligadas				
2	CCI – CEMIG GT	16	-	116	7
3	O&M – CEMIG GT	46	-	378	-
4	Reembolso de despesas – Miracema	-	20	-	-
5	Reembolso de despesas – Janaúba	-	15	-	-
		<b>89</b>	<b>61</b>	<b>828</b>	<b>326</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2019	Adição	31/12/2020
Dividendos a pagar à Taesa	806	3.728	4.534

Dividendos a pagar	31/12/2018	Retificação da destinação do resultado (*)	31/12/2019
Dividendos a pagar à Taesa	4.350	(3.544)	806

(\*) A AGO de 30 de abril de 2019 retificou a proposta de destinação do lucro de 2018, destinando o valor dos dividendos obrigatórios para Reserva Especial, em virtude de a Companhia estar em fase de construção e não possuir recursos disponíveis para pagamento de dividendos.

III - Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

11. FORNECEDORES

	31/12/2020	31/12/2019
I.G. Transmissão e Distribuição de Energia S/A	397	1.586
BRAMETAL S A	530	987
Planaterra Terraplenagem e Pavimentação Ltda	-	406
Cobra Brasil Serviços Comunicações e Energia S.A	814	-
São Simão Montagens e Serv. de Eletricidade Ltda	389	-
Biocev Serviços de Meio Ambiente Ltda	1.208	-
Outros	1.354	1.373
	<b>4.692</b>	<b>4.352</b>

Os saldos referem-se basicamente aos compromissos assumidos para a implementação das instalações de transmissão.

12. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos tributários e cíveis.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes a faixa de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

	31/12/2019	Baixas	31/12/2020
Cíveis	4.126	(11)	4.115

	31/12/2018	Adições	Baixas	Reversões	31/12/2019
Cíveis	4.163	325	(354)	(8)	4.126

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro 2020, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era de R\$100, referentes a causas fiscais no valor de R\$75, e trabalhista no valor de R\$25, para os quais nenhuma provisão foi constituída.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

### 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito e integralizado era de R\$174.500 representado por 174.500.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito era de R\$147.000 representado por 147.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais.

Data	Aprovação	Aumento de capital em 2020
06/01/2020	AGE	5.000
31/01/2020	AGE	5.500
16/03/2020	AGE	10.000
16/04/2020	AGE	7.000
		27.500

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e (b) Reserva especial - constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da Lei nº 6.404/76. Os valores correspondentes a essa reserva deverão ser distribuídos assim que a situação da Companhia financeira permitir, desde que não tenham sido absorvidos por prejuízos dos exercícios seguintes.

Remuneração aos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

#### Proposta de destinação do resultado líquido do exercício

Destinação do lucro do exercício	2020	2019
Lucro líquido do exercício	15.699	3.200
Prejuízos acumulados	-	(5.822)
Lucro (prejuízo) líquido residual a destinar	15.699	(2.622)
- Reserva legal (5%)	(784)	-
- Dividendos obrigatórios	(3.728)	-
- Dividendos adicionais propostos	(11.187)	-
- Prejuízos acumulados	-	(2.622)

Compensação de prejuízos acumulados	2020	2019
- Prejuízos acumulados - 01/01/2019	-	(56.056)
- Reserva especial - 01/01/2019	-	49.350
- Reserva legal - 01/01/2019	-	885
- Prejuízos acumulados - 31/12/2019	-	(5.822)
- Lucro líquido do exercício - 31/12/2019	-	3.200
- Reserva especial - 31/12/2019	-	2.622
- Prejuízos acumulados - 01/01/2020	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

#### 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - Calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	55.285	55.285	63.032	63.032
(+) Ajuste - Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09	(45.432)	(45.432)	(62.979)	(62.979)
Base de Cálculo	9.853	9.853	53	53
Percentual	8%	12%	8%	12%
	788	1.182	4	6
Demais receitas:				
Renda de aplicação financeira	216	216	998	998
Outras receitas financeiras	485	485	1	1
	701	701	999	999
Base de cálculo	1.489	1.883	1.003	1.005
Imposto de renda - 15%	(223)	-	(151)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(124)	-	(77)	-
Contribuição social - 9%	-	(169)	-	(91)
Total de despesa	(347)	(169)	(228)	(91)
Total de IRPJ e CSLL		(516)		(319)

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

	2020	2019 (Reapresentado)
Imposto de renda	(917)	(1.499)
Contribuição social	(495)	(539)
	(1.412)	(2.038)

#### 15. COBERTURA DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Prêmio
D&O Responsabilidade civil de diretores e administradores	Zurich Seguros	18/09/2020 a 18/09/2021	40.000	1
RCG – Responsabilidade Civil	AXA	20/09/2020 a 19/09/2021	10.000	1

#### 16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

##### 16.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

##### 16.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

### 16.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativos financeiros</b>		
Valor justo por meio do resultado:		
- Aplicações financeiras de curto prazo e Títulos e valores mobiliários	6.669	8.406
Custo amortizado:		
- Caixa e bancos	14	3
	<u>6.683</u>	<u>8.409</u>
<b>Passivos financeiros</b>		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	4.692	4.352
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	333	-
	<u>5.025</u>	<u>4.352</u>

### 16.4. Risco de mercado

#### 16.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

#### 16.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do exercício deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

	31/12/2020	Cenário provável em 31/12/2021
CDI (a)	2,75%	4,50%

(a) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 12 de março de 2021 - Fonte externa independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2020	Efeito no LAIR - 2021- (redução) Provável
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras de curto prazo – CDI	6.669	117

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

#### 16.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

#### 16.6 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

**16.7. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

**16.7.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	Hierarquia do valor justo
Aplicações financeiras de curto prazo e Títulos e valores mobiliários	4 e 5	6.669	8.406	Nível 2

**17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	2020	2019 (Reapresentado)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	5.040	-
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	8.596	-
Receita de implementação da infraestrutura (a)	38.724	62.979
Operação e manutenção	952	-
Parcela Variável	(580)	-
Outras receitas	2.553	53
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>55.285</b>	<b>63.032</b>
PIS e COFINS – correntes	(360)	(2)
PIS e COFINS – diferidos	(1.561)	(2.415)
ICMS	(79)	-
Encargos setoriais (b)	(126)	(1)
Deduções da receita	(2.126)	(2.418)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>53.159</b>	<b>60.614</b>

Margens das obrigações de performance	2020	2019 (Reapresentado)
<b>Implementação de infraestrutura</b>		
- Receita	38.724	62.979
- Custos	(34.592)	(55.083)
<i>Margem (R\$)</i>	<i>4.132</i>	<i>7.896</i>
<i>Margem percebida (%)</i>	<i>11%</i>	<i>13%</i>
<b>Operação e Manutenção – O&amp;M</b>		
- Receita	952	-
- Custos	(618)	-
<i>Margem (R\$)</i>	<i>334</i>	<i>-</i>
<i>Margem percebida (%)</i>	<i>35%</i>	<i>-</i>

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis de IRPJ e CSLL	2020	2019 (Reapresentado)
Receita operacional bruta	55.285	63.032
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(45.432)	(62.979)
<b>Receita operacional bruta tributável</b>	<b>9.853</b>	<b>53</b>

(a) A Companhia revisou e alterou as nomenclaturas de receita e custo relacionados à construção das infraestruturas de transmissão, onde (i) a "Receita de construção" passou a ser "Receita de implementação de infraestrutura", e (ii) o "Custo de construção" passou a ser "Custo de implementação de infraestrutura". (b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

**18. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS**

	2020	2019
-Remuneração direta	(115)	(46)
-Benefícios	(2)	(7)
-FGTS e INSS	(58)	(10)
<b>Pessoal</b>	<b>(175)</b>	<b>(63)</b>
Materiais - Custo de implementação de infraestrutura e O&M (a)	(34.585)	(55.082)
Serviços de terceiros	(1.109)	(460)
Outros custos e despesas operacionais	382	(341)
<b>Total custos e despesas</b>	<b>(35.487)</b>	<b>(55.946)</b>

(a) A Companhia revisou e alterou as nomenclaturas de receita e custo relacionados à construção das infraestruturas de transmissão, onde (i) a "Receita de construção" passou a ser "Receita de implementação de infraestrutura", e (ii) o "Custo de construção" passou a ser "Custo de implementação de infraestrutura".

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: Referem-se basicamente aos custos de materiais utilizados na fase de implementação da infraestrutura.

Custos e despesas com serviços de terceiros: Referem-se basicamente Custos com operação e manutenção, compartilhamento de instalações, transportes e viagens, e despesas com serviços de consultoria administrativa e jurídica, serviços gráficos, auditoria, comunicação e viagens.

Outros custos e despesas operacionais: Referem-se basicamente pela venda de sucatas, despesas com indenizações e patrocínio, e aos custos com impostos e taxas.

**19. COMPROMISSOS ASSUMIDOS**

Contrato de Back-Office e operação e manutenção dos ativos – Conforme nota explicativa nº 10 - Partes relacionadas, a Companhia contratou a Taesa para realização das atividades de back-office e a CEMIG GT para realização das atividades de operação e manutenção de suas instalações.

**20. OUTRAS INFORMAÇÕES**

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Abaixo as licenças ambientais concedidas à Companhia:

Trecho	Licença de Instalação e operação nº	Data de emissão	Vencimento
Itabirito II – Vespasiano II	160/2018	24/01/2019	21/12/2028

COVID-19 - O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

- o Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- o Retorno gradual dos empregados ao trabalho presencial, cumprindo todos os protocolos e orientações dos órgãos de saúde, com acompanhamento de assessoria médica especializada;
- o Suspensão de viagens e reuniões presenciais;
- o Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- o Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- o Vacinação contra a gripe influenza para o grupo de risco;
- o Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;

Demonstração Contábil Regulatória - DCR - A demonstração contábil regulatória, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, será disponibilizada no sítio eletrônico da Taesa até 30 de abril de 2021, conforme determinado pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

## 21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Alteração da Diretoria – Em 23 de março de 2021 a AGE da Companhia elegeu o Sr. André Augusto Telles Moreira como Diretor Presidente, Sr. Erik da Costa Breyer como Diretor Financeiro, Sr. Marco Antônio Resende Faria como Diretor Técnico e Diretor Jurídico e Regulatório, Sr. Fábio Antunes Fernandes Diretor de Negócios e Sr. Luis Alessandro Alves como Diretor de Implantação.

\* \* \* \*

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nomes	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Wagner Rocha Dias  
Contador  
CRC-RJ-112158/O-3  
CPF nº 778.993.777-49